Um levantamento inédito realizado pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) identificou as principais necessidades e dificuldades enfrentadas por médicos no atendimento a mulheres vítimas de violência — seja ela psicológica, moral, sexual, física ou patrimonial. A iniciativa integra a próxima etapa da campanha #EuVejoVocê, voltada ao enfrentamento da violência contra a mulher em todas as fases da vida. A apresentação foi realizada nesta terça-feira (10) e contou com a presença do Dr. César Eduardo Fernandes, presidente da Associação Médica Brasileira (AMB).

O estudo buscou mapear lacunas estruturais e técnicas no atendimento, compreender o nível de preparo e segurança dos profissionais, além de identificar dificuldades relacionadas à rede de apoio e aos fluxos de encaminhamento. Os dados também servirão de base para a formulação de estratégias que fortaleçam a atuação médica diante desses casos.

Entre os participantes do levantamento, 66,09% são mulheres. A maior parte das respostas veio de profissionais dos estados de São Paulo (31,83%) e Minas Gerais (11,42%). Cerca de 61% dos médicos atuam tanto na rede pública quanto na privada, e 57,24% afirmaram atender vítimas de violência ao menos ocasionalmente — o que evidencia a presença recorrente desse tipo de situação na prática clínica.

Entre as formas de violência mais frequentemente identificadas pelos profissionais estão a psicológica ou emocional (82,99%), seguida da violência sexual (50%), física (34,38%) e patrimonial (24,65%). Apesar da frequência desses casos, 23% dos médicos entrevistados relatam sentir-se pouco ou nada preparados para lidar com esse tipo de situação, apontando uma lacuna importante na formação e capacitação profissional.

“Ao apresentar esses dados, assumimos nosso papel institucional de liderar esse debate, transformar conhecimento em ação e fortalecer nossos profissionais para que sejam parte ativa no enfrentamento à violência contra a mulher”, afirmou a presidente da FEBRASGO, Maria Celeste Osório Wender.

O presidente da AMB, Dr. César Eduardo Fernandes, destacou a relevância da iniciativa e o papel das entidades médicas no enfrentamento da violência contra a mulher.

Segundo ele, a produção de dados qualificados e a capacitação dos profissionais são fundamentais para fortalecer a resposta do sistema de saúde a um problema que impacta diretamente a vida e a saúde das mulheres. “A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública. O médico muitas vezes é o primeiro profissional a ter contato com a vítima e, por isso, precisa estar preparado e respaldado para acolher, orientar e encaminhar adequadamente essas pacientes”, ressaltou.

Desafios no atendimento

Na prática clínica, a abordagem do tema ainda ocorre de forma limitada. De acordo com o levantamento, 46,55% dos profissionais dizem abordar a questão da violência apenas quando há sinais evidentes; 26,55% somente quando a paciente relata espontaneamente; 14,48% fazem a abordagem de forma rotineira; e 12,41% afirmam raramente ou nunca tratar do assunto.

Outro dado relevante é a fragilidade da rede de apoio. Para 59,17% dos entrevistados, a ausência ou insuficiência dessa rede representa um dos principais obstáculos ao atendimento adequado. Já 44,98% apontam insegurança jurídica como um fator que dificulta a atuação médica.

Além disso, 43% dos profissionais relatam conhecer pouco ou não conhecer os fluxos de notificação e encaminhamento existentes em suas regiões, o que evidencia fragilidades na articulação entre os

serviços de saúde e os demais setores da rede de proteção.

Entre as medidas consideradas prioritárias pelos respondentes estão a elaboração de fluxogramas claros de atendimento, protocolos padronizados, checklists operacionais, orientações específicas por município ou região, ferramentas estruturadas de avaliação e diretrizes objetivas sobre notificação obrigatória.

Os profissionais também destacaram a necessidade de maior esclarecimento jurídico, incluindo orientações sobre deveres legais, limites do sigilo médico e garantias de proteção institucional para os profissionais envolvidos em casos sensíveis, como situações relacionadas ao aborto previsto em lei.

Rede de proteção e ações educativas

O levantamento também aponta demandas por melhorias na rede de proteção às vítimas. Entre as necessidades identificadas estão o mapeamento atualizado dos serviços disponíveis por região, maior integração entre saúde, assistência social, psicologia e serviços jurídicos, além do fortalecimento das Delegacias da Mulher, ampliação de casas-abrigo e redução da burocracia para encaminhamentos.

Nas contribuições qualitativas do estudo, médicos também destacaram a importância de ações educativas voltadas à prevenção da violência, como programas de educação de meninos e jovens sobre respeito e igualdade de gênero, inclusão de homens nas campanhas de conscientização e combate a narrativas que naturalizam o controle e o ciúme nas relações.

Próximos passos da campanha

A segunda fase da campanha #EuVejoVocê pretende avançar da conscientização para o suporte prático aos profissionais que atuam na linha de frente do cuidado. Entre as iniciativas previstas estão treinamentos práticos, simulações de atendimento, orientações sobre abordagem e acolhimento das pacientes, além da oferta de educação médica continuada direcionada a ginecologistas e obstetras.

O presidente da Associação Médica Brasileira, César Eduardo Fernandes, destacou a relevância da iniciativa e o papel das entidades médicas no enfrentamento da violência contra a mulher.

Segundo ele, a produção de dados qualificados e a capacitação dos profissionais são fundamentais para fortalecer a resposta do sistema de saúde a um problema que impacta diretamente a vida e a saúde das mulheres. “A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública. O médico muitas vezes é o primeiro profissional a ter contato com a vítima e, por isso, precisa estar preparado e respaldado para acolher, orientar e encaminhar adequadamente essas pacientes”, ressaltou.

Conheça os dados completos do levantamento, clicando aqui.

Fonte: AMB, em 10.03.2026.